



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA

Sandra Amélia Cardoso
Nelson Moreira Sobrinho

Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos
Integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de
Ceilândia/DF: Uma proposta em construção

BRASÍLIA, DF

Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com
Ênfase em EJA

Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos
Integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de
Ceilândia: Uma Proposta em Construção

Sandra Amélia Cardoso
Nelson Moreira Sobrinho

Professora Orientadora: Maria Luiza Pereira Angelim
Tutora Orientadora: Prof^a Maria do Socorro

Projeto de Intervenção Local

Brasília, DF Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com
Ênfase em EJA

Sandra Amélia Cardoso
Nelson Moreira Sobrinho

Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos Integrada à
Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia: uma
proposta em construção

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos
necessários para obtenção do grau de Especialista na
Educação de Jovens Adultos

Mestra Maria Luiza Pereira Angelim
Professora Orientadora

Prof^a Maria do Socorro da Silva Linhares
Tutora Orientadora

Dr^a Catarina Almeida dos Santos
Avaliadora Externa

Brasília, DF Julho/2010

Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado. (Roberto Shinyashiki)

A Deus, que nos concede o dom da vida a cada instante e crê na potencialidade de cada um de nós.

Aos nossos familiares que, diante dos objetivos que almejamos, estão sempre ao nosso lado, apoiando e compreendendo os momentos de nossa ausência.

Em especial, à Angélica que, com sua prudência e sapiência, esteve conosco em diversos momentos desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao GTPA Fórum EJA/DF, pois foi a partir das discussões realizadas nele que esta Formação tornou-se possível.

Aos professores Renato Hilário e Maria Luiza que estão conosco nesta jornada desde o momento em que este curso de Especialização em EJA era somente um sonho.

À tutora Socorro que com sua simplicidade, perseverança e perspicácia acreditou no nosso potencial.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história. (FREIRE, 2001)

RESUMO

Este Projeto de Intervenção Local é a etapa conclusiva do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA. O currículo utilizado para a EJA, no Centro Educacional 11, é uma adaptação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para o Ensino Médio/2009. Essa adaptação curricular foi realizada pelos professores e coordenadores dessa instituição educacional, considerando apenas a carga horária reduzida. Deve-se atentar que o atual currículo utilizado pelas Instituições Educacionais que atendem a EJA na SEE/ DF pode sofrer variação dentro da própria Diretoria Regional de Ensino e até na própria escola. Diante do exposto, o currículo utilizado para a modalidade EJA por essa instituição educacional não atende às especificidades dos estudantes. Para tanto, verificou-se a necessidade de se construir um currículo de EJA integrado ao mundo do trabalho com o apoio dos professores, estudantes da EJA, gestores, coordenadores, trabalhadores da carreira assistência, representantes do Conselho Escolar, coordenação de EJA da Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia/DF, representante da Gerência de EJA e da Diretoria de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, professores do Centro de Educação Profissional de Ceilândia/DF, professores da Faculdade de Educação da UnB, representante do Conselho de Educação do DF, representante do Fórum EJA do Distrito Federal, sindicato, presidente de Associação de Bairros, líderes religiosos, movimentos sociais e representante da Comissão de Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O presente projeto objetiva ainda a mobilização, levantamento de demandas e o estudo para a construção do documento orientador e das propostas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação Profissional do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF, numa perspectiva transdisciplinar. Como a educação que desejamos não se limita ao ensino profissionalizante, este trabalho propõe a construção das propostas curriculares em consonância com três eixos temáticos: trabalho, cultura, educação.

Palavras-chave: EJA – Educação Profissional – Currículo Transdisciplinar.

SUMÁRIO

1. Dados de identificação dos proponentes.....	11
1.1. Nomes.....	11
1.2. Turma.....	11
1.3. Informações para contato.....	11
2. Dados de identificação do projeto.....	11
2.1. Título.....	11
2.2. Área de abrangência.....	11
2.3. Instituição.....	13
2.4. Público ao qual se destina.....	13
2.5. Período de execução.....	17
3. Ambiente Institucional.....	18
4. Justificativa e caracterização do problema.....	23
5. Objetivos.....	37
5.1. Objetivo geral.....	37
5.2. Objetivos específicos.....	37
6. Atividades/responsabilidades.....	38
7. Cronograma.....	41
8. Parceiros.....	41
9. Orçamento.....	42
10. Acompanhamento e avaliação.....	43
11. Referências.....	45
12. Anexo 1.....	48
13. Anexo 2.....	50
14. Anexo 3	51
15. Anexo 4	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Instituições de Ensino da Cidade Satélite de Ceilândia/DF, julho de 2010. Página

Figura 2: Mapa da vista área da Ceilândia Norte. Página

Figura 3: Foto que ilustra a heterogeneidade na EJA, CED 11. Página

Figura 4: Entrada principal do CED 11 Ceilândia/DF. Página

Figura 5: Vista área do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF. Página .

Figura 6: Entrada do bloco das salas de apoio do CED 11 Ceilândia/DF. Página .

Figura 7: Refeitório do CED 11 Ceilândia. Página

Figura 8: Cantina do CED 11 Ceilândia/DF. Página .

Figura 9: Sala dos professores do CED 11 Ceilândia/DF. Página .

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Horário em que o lanche deverá ser servido. Página

Gráfico 2: Alternativas para a resolução da ausência justificada do professor. Página

Gráfico 3: Idade dos sujeitos de EJA. Página

Gráfico 4: Motivo da interrupção dos estudos. Página

Gráfico 5: Naturalidade dos sujeitos da EJA. Página

Gráfico 6: Jovens e adultos que já interromperam seus estudos. Página

Gráfico 7: Trabalho regular aos finais de semana. Página

LISTA DE SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica
CED – Centro Educacional
CEDECA - Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEI - Campanha de Erradicação das Invasões
CEPAFRE – Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia
CNAEJA - Comissão Nacional de Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPEC - Centro Popular de Educação e Cultura do Gama
DF – Distrito Federal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Fórum EJA – Fórum de Educação de Jovens e Adultos
GT - Grupo de Trabalho
GTPA - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
P Norte – Quadra Norte P
PDAF - Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PEA - Programa Escola Aberta
PEJA – Perfil da Educação de Jovens e Adultos
PIL – Projeto de Intervenção Local
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
QNQ - Quadra Norte Q
QNR - Quadra Norte R
SAE/ DF - Sindicato de Auxiliares de Ensino do Distrito Federal
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SOME – Solicitação de Matrícula Escolar
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO - **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

1.1 – NOMES:

Sandra Amélia Cardoso e Nelson Moreira Sobrinho

1.2 - TURMA:

Turma C

1.3 - INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Sandra Amélia Cardoso

Celular: 92681118

Endereço eletrônico: profsacardoso@globo.com

Nelson Moreira Sobrinho

Celular: 84907713

Endereço eletrônico: nelson@sinprodf.org.br

2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1 – TÍTULO

Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos Integradas à Educação Profissional do Centro Educacional 11 da Ceilândia: Uma Proposta em Construção.

2.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

A abrangência do Projeto Interventivo será local, uma vez que, como pode ser constatado no mapa de instituições educacionais da Regional de Ensino da Ceilândia/DF, o Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF é a única localidade de ensino que oferece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos do 3º Segmento para a comunidade dos setores "P" Norte, QNQ, QNR e Setor Habitacional Sol Nascente.

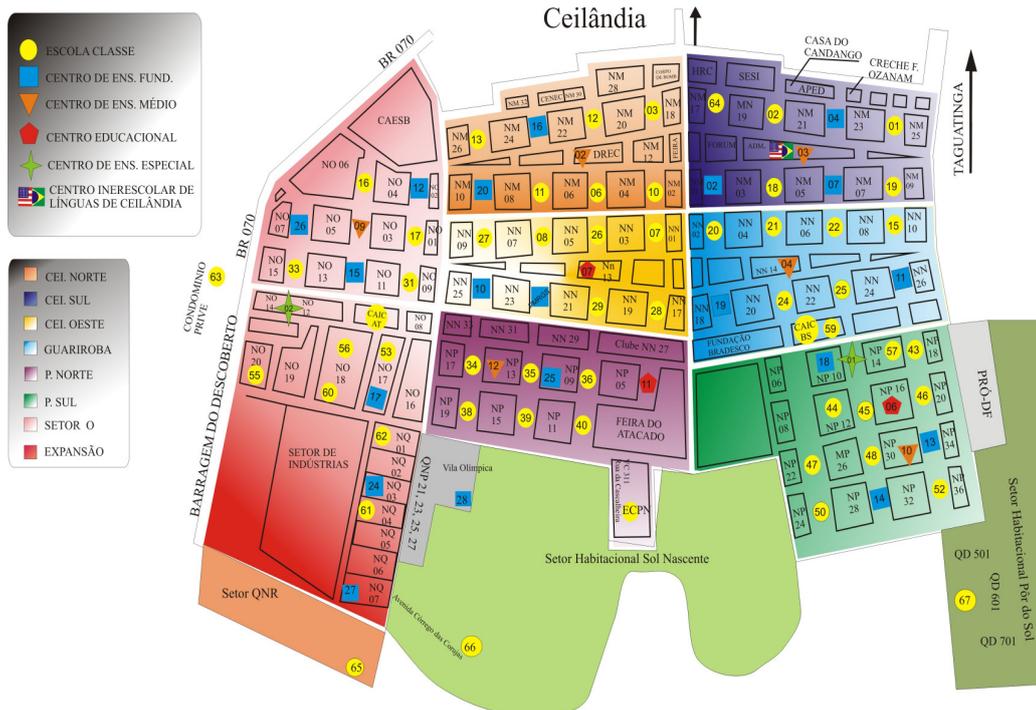


Figura 1: Instituições de Ensino da Cidade Satélite de Ceilândia/DF, julho de 2010.
 Fonte: www.dreceilandia.net



Figura 2: Mapa da vista área da Ceilândia Norte.
 Fonte: Google Earth, acesso em 26/06/2010

2.3 - INSTITUIÇÃO

Centro de Educacional 11 de Ceilândia/Distrito Federal.

Endereço: EQNP 01/05, Área Especial, Setor “P” Norte de Ceilândia/DF.

Instância institucional de decisão

O presente projeto será apresentado ao Conselho Escolar, cujo presidente é um professor de História do 3º Segmento de EJA Noturno para discussão, aprovação e execução.

No primeiro ano de execução deste Projeto de Intervenção Local, a Regional de Ensino da Ceilândia/DF será convocada periodicamente pelo Conselho Escolar para acompanhamento e avaliação das ações que têm como meta a aprovação do referido projeto para implementação como política pública na Rede de Ensino do Distrito Federal.

2.4 - PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA

Conhecer melhor a realidade do jovem e do adulto que está/chega ao Centro de Educacional 11 da Ceilândia é imprescindível para planejar e, após, implementar a ação de intervenção que este projeto propõe.

O fato verificado que prejudica a leitura verídica da realidade dos discentes, que são atendidos na Instituição, é o formulário de Solicitação de Matrícula Escolar – SOME, anexo 2. Esse formulário de inscrição é o mesmo que é utilizado pelos alunos do diurno, por isso questiona dados e elenca informações que se tornam dispensáveis aos jovens e adultos, pois não há qualquer referência à atividade exercida, ao tempo de trabalho, a horários, a salário, muito menos dados que particularizem os desejos dos alunos em relação à escola; por conseguinte os professores autores deste Projeto de Intervenção Local deram início à elaboração de um questionário socioparticipativo para ser aplicado em todas as turmas do noturno.

No início do ano letivo de 2010, foi apresentada uma minuta de um questionário socioparticipativo, anexo 1, direcionado aos estudantes do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF. Na ocasião, a direção da escola e os professores tiveram liberdade para retirar e modificar as questões sugeridas e acrescentar outras que se fizeram necessárias, tais como: a interrogação sobre o horário em que a alimentação do noturno deveria ser servida:

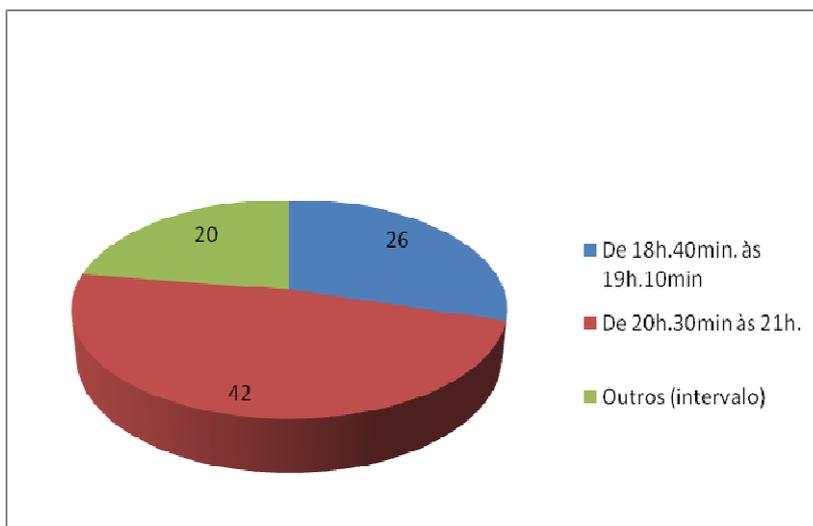


Gráfico 1: Horário em que o lanche da EJA deverá ser servido.
 Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.

Uma outra questão sugerida foi qual a melhor forma de solucionar a ausência justificada do professor em sala de aula:

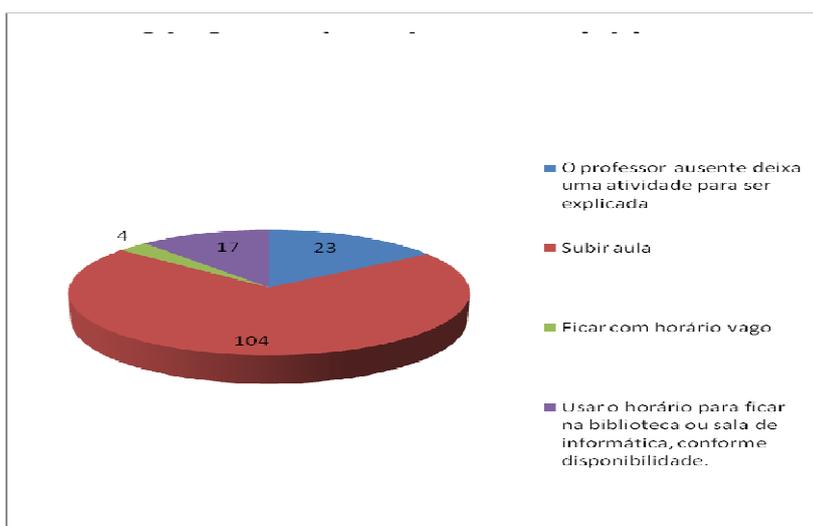


Gráfico 2: Alternativas para a resolução da ausência justificada do professor.
 Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.

Como a escola só atende ao 3º Segmento de EJA, a faixa-etária dos alunos começou a ser verificada a partir dos dezessete anos:

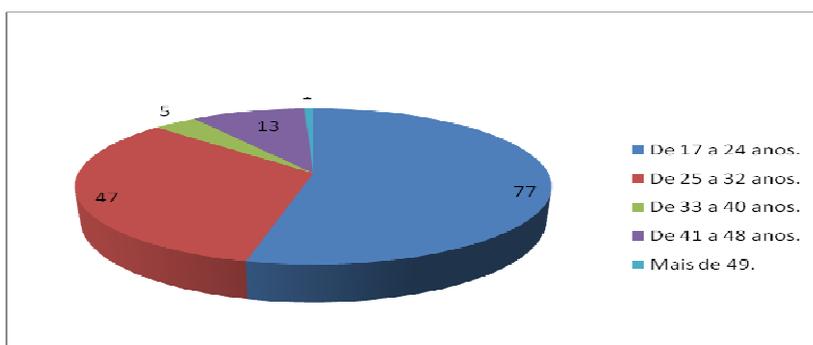


Gráfico 3: Idade dos sujeitos da EJA.
 Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.



Figura 3: Foto que ilustra a heterogeneidade na EJA, CED 11, junho de 2010.

Os segmentos reunidos gestores, coordenador e professores, marcaram a aplicação do referido questionário para a primeira semana após o Carnaval, momento em que os estudantes realmente iniciam as atividades discentes. Foram aplicados 560 questionários em todas as 14 turmas da escola, desses tratamos 154, questionários de 3 turmas do 1º semestre e 2 turmas do 2º semestre.

No momento em que o questionário socioparticipativo foi elaborado, não se considerou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE havia lançado a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios –PNAD/2007, Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. A referida pesquisa é um importante instrumento de coleta de dados a todos os interessados em EJA, pois investiga e registra as características nacionais da educação de jovens e adultos dos moradores de 15 anos ou mais de idade e as características da educação profissional dos moradores de 10 anos ou mais de idade. (PNAD, 2007)

Ressalta-se que o diagnóstico socioparticipativo elaborado pelos segmentos do CED 11 aborda a evasão e o abandono escolar a partir de cinco aspectos influenciadores, a saber:

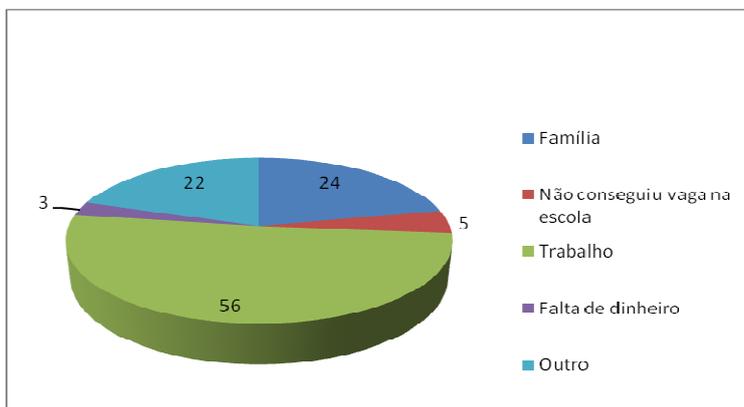


Gráfico 4: Motivo da interrupção dos estudos.
 Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.

Após a aplicação do já referido questionário e da tabulação dos dados, os professores de jovens e adultos da Instituição constataram que as questões interrogadas no referido questionário não respondiam eficientemente algumas questões relevantes quanto ao público alvo, tais como: Como é relação com o trabalho, a família, a escola e a cultura? Como foram as experiências anteriores com a escola? Quais as razões que os levaram a buscar uma nova tentativa de experiência escolar? O que almejam com ela? Como eles vivenciam a atual experiência escolar e como a avaliam? Como a escola vem organizando os seus currículos e atividades pedagógicas para atender aos jovens e adultos? O universo dos alunos que frequentam os cursos de EJA é constituído pela diversidade (etária, de gênero, de identidade, de experiências, de credo, de raça). O reconhecimento dessa diversidade é fator imprescindível para se pensar na elaboração de um currículo específico. Sendo assim, o segmento dos professores decidiu elaborar um novo questionário socioparticipativo atento às interrogações transcritas anteriormente, intitulado-o de Perfil da Educação de Jovens e Adultos – PEJA.

Os estudantes do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF moram nos setores P Norte, QNQ, QNR, Expansão do Setor O e do Setor Habitacional Sol Nascente que se localiza logo abaixo do Setor P Norte, que se caracteriza como assentamento de famílias, recém criado. Por essa razão, a maioria de nossos estudantes vai à Escola com necessidade de ônibus do sistema de transporte urbano, por isso são beneficiados pelo projeto do *Passage Livre*. No noturno, ainda há a dificuldade de não haver transporte urbano coletivo que atenda essas localidades a partir das 18h, sendo assim os alunos são obrigados a percorrerem o trajeto a pé e sempre em grupo para evitar possíveis atos de violência, tais como, assaltos e estupros.

No diagnóstico socioparticipativo, constatou-se que há um número considerável de alunos que são naturais do Distrito Federal, ou seja, já são os filhos dos migrantes que aqui chegaram para a concretização do sonho de um futuro promissor na nova Capital do país.

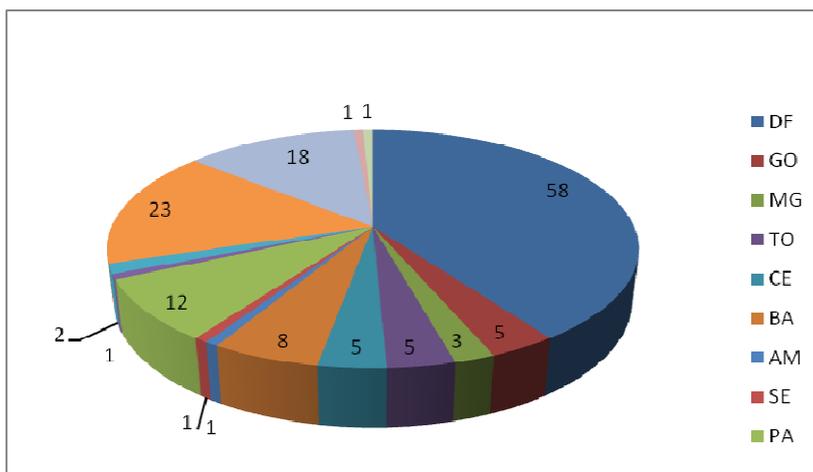


Gráfico 5: Naturalidade dos sujeitos da EJA.
 Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.

A descrição das características e dos conflitos existentes na Instituição é feita a partir do nível de ensino ofertado em cada turno. No matutino, em que é ofertado o Ensino Médio, a falta de pré-requisitos se destaca, é relevante as dificuldades sociais e a falta de perspectivas de crescimento por parte dos estudantes. No vespertino, em que são oferecidas apenas as séries finais do Ensino Fundamental, percebe-se a superlotação das turmas, a violência, a indisciplina e a depredação do patrimônio público. Em parte, o problema é causado pelo crescimento desordenado da comunidade próxima, em que ocorreu o parcelamento ilegal das terras públicas, no caso, o antigo setor de chácaras, hoje Setor Habitacional Sol Nascente, que acarretou a duplicação da população a ser atendida pela Instituição de Ensino. No noturno, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, 3º Segmento, há a evasão escolar, que é um fato importante a ser encarado:

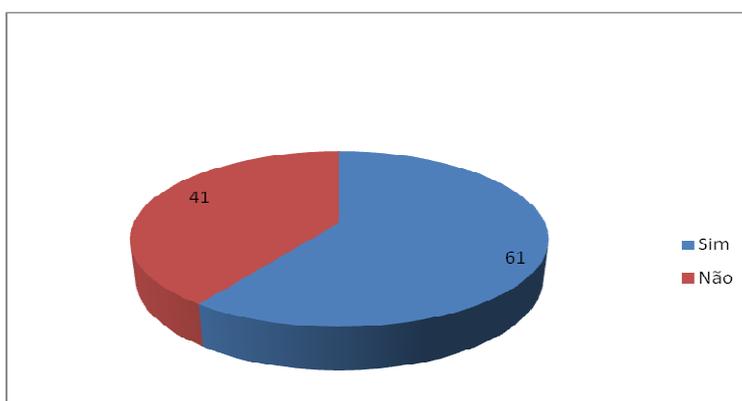


Gráfico 6: Jovens e adultos do 3º Segmento que já interromperam seus estudos.
 Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.

2.5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: agosto de 2010

Término: dezembro de 2011

3- AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Centro Educacional 11 é uma escola pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal, vinculado à Regional de Ensino de Ceilândia.



Figura 4: Entrada principal do CED 11 Ceilândia/DF, junho de 2010.

Ceilândia é uma cidade satélite do Distrito Federal que fica a 25 km de Brasília. Ela foi criada a partir das reivindicações ocorridas num seminário sobre problemas sociais, cuja moradia foi o tema mais protestado, haja vista que apenas com nove anos de fundação, Brasília já tinha 79.128 pessoas, que moravam em 14. 607 barracos, sem saneamento básico, para uma população de 500 mil habitantes em todo o Distrito Federal.

No mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho que, posteriormente, deu início à Campanha de Erradicação das Invasões – CEI. Em 1971, já estavam demarcados 17.619 lotes, numa área de 20 quilômetros quadrados – depois ampliada para 231,96 quilômetros quadrados, pelo Decreto 2.842, de 10 de agosto de 1988, ao norte de Taguatinga nas antigas terras da Fazenda Guariroba, de Luziânia – GO, para a transferência dos moradores das invasões do IAPI; das Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo; dos morros do Querosene e do Urubu; e Curral das Éguas e Placa das Mercedes, invasões com mais de 15 mil barracos e mais de 80 mil moradores. Em 27 de março de 1971, o governador Hélio Prates lançava a pedra fundamental da nova cidade, no local em que está hoje a Caixa D'água, ponto turístico da cidade. O Secretário Otomar Lopes Cardoso deu à nova localidade o nome de Ceilândia. Disponível em: <www.ceilandia.gov.br> . Acesso em: 13/6/2010.

O vocábulo Ceilândia foi inspirado na sigla CEI e no sufixo “landia”, que provém do vocábulo inglês “land” e significa terra, região, cidade.

Ela é considerada a cidade com maior número de entidades comunitárias, num total de 154, com elevado índice de organização de movimento popular em termo de reivindicações, fato que se justifica a partir de seu histórico. A de se ressaltar que Ceilândia tem um papel fundamental nas ações contra o analfabetismo do Distrito Federal. Em 1985, foi berço de uma iniciativa, que deu origem à alfabetização de jovens e adultos que foi objeto de pesquisa de mestrado para duas alunas da Universidade de Brasília.

Os resultados foram tão positivos que permitiram influenciar no processo coletivo de formulação da nova Proposta Curricular da Fundação Educacional do Distrito Federal, aprovada pelo Conselho de Educação do DF, identificando com experiência piloto em Ceilândia e indicação de expansão para a periferia urbana no Paranoá e para a área rural de Vargem Bonita. (Relatório Síntese do XVII Encontro de EJA do DF, 5/7/2008).

A partir de um convênio firmado entre a Fundação Rondon, a Universidade de Brasília/DEX e a Fundação Educar, foram mobilizados jovens estudantes como alfabetizadores de Ceilândia que chegaram a alfabetizar 1.182 pessoas. A cidade ainda foi berço do I Encontro Pró-Alfabetização e é nela que está o CEPAFRE – Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia, criado por jovens empenhados na alfabetização de outros jovens e adultos. Esse Centro, mais o Centro Popular de Educação e Cultura – CPEC/Gama, o Sindicato de Auxiliares de Ensino - SAE e, finalmente o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal – GTPA/DF elaboraram a proposta de duas Emendas populares acerca da alfabetização e educação de jovens e adultos, da formação de professores alfabetizadores e do aproveitamento de estudos das atividades de alfabetização de alunos do Ensino Médio. Essas Emendas foram aprovadas e estão na Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 8 de junho de 1993, Art. 225 e Disposições Transitórias – artigo 45, incisos I a V:

Art. 225. O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais.

E é nesse espaço de luta a favor da alfabetização e educação de jovens e adultos que está o Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF, uma das 14 instituições que ofertam a modalidade de EJA, dentre um total de 96 escolas que compõe a Regional de Ensino.



Figura 5: Vista aérea do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF, junho de 2010.

Fonte: Google Earth, acesso em 26/06/2010.

Essa instituição educacional foi inaugurada em 1982 e denominada de Escola Classe 37 da Ceilândia/DF para atender, naquele momento, matrículas das séries iniciais. Em 1996, passou a atender as séries finais do Ensino Fundamental e foi transformada no Centro de Ensino Fundamental 23 da Ceilândia/DF. A partir de 1998, passou a se chamar Centro Educacional 13 da Ceilândia/DF, pois já atendia o Ensino Médio, em consonância com a demanda da comunidade do setor "P" Norte, setor QNQ, QNR de Ceilândia/DF. Já em 2000, recebeu um outro nome, Centro de Ensino Médio 11. A mudança do nome da Instituição de Centro Educacional 13 de Ceilândia/DF para Centro de Ensino Médio 11 de Ceilândia/DF, deveu-se à conjuntura política do momento, uma vez que em 2000 o governo distrital eleito relacionou o número da escola, 13, com o número do partido da gestão anterior, por conseguinte a escola mudou imediatamente para Centro de Ensino Médio 11. Posteriormente, em 2005, com o advento do Setor Habitacional Sol Nascente e para atender a sua demanda, o turno vespertino do Ensino Médio, passou a ofertar turmas de 5ª séries de Ensino Fundamental, fato que obrigou novamente a alteração de nome da escola. Passou a ser denominada, então, Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF.

As etapas da Educação Básica ofertadas no Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF são o Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, o Ensino Médio Regular e a Educação de Jovens e Adultos - 3º segmento. As referidas etapas estão distribuídas nos três turnos em que a Instituição funciona, a saber:

Tabela 1 - Modalidades de ensino ofertadas no Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF

Modalidade	QT*	Matutino	QT*	Vespertino	QT*	Noturno
Ensino Fundamental	2	8 ^a série 9 ^o ano	3	5 ^o Série 6 ^o Ano		
			5	6 ^o Série 7 ^o Ano		
			6	7 ^o Série 8 ^o Ano		
			4	8 ^o Série 9 ^o Ano		
Ensino Médio	8	1 ^o ano				
	3	2 ^o ano				
	2	3 ^o ano				
Projeto Veredas	2	Ensino Fundamental				
	1	Ensino Médio				
EJA 3^o segmento					6	1 ^o Semestre
					4	2 ^o Semestre
					4	3 ^o Semestre

Quadro de distribuição por turno das Modalidades de Ensino ofertadas no CED 11 Ceilândia/DF. Fonte: PPP/2010

QT* – quantidade de turmas.

Aos sábados, a escola está inscrita no *Programa Escola Aberta - PEA* programa firmado num termo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO e em parceria com a Secretaria de Educação. Tem como objetivo oferecer gratuitamente oficinas nas áreas de esporte, lazer, educação, cultura e formação inicial para o trabalho a todos os seus alunos e comunidade. Ele está em andamento no Distrito Federal desde 2006, destaca-se ainda que um quantitativo elevado dos estudantes da modalidade de EJA do CED11 Ceilândia/DF trabalha aos sábado, conforme levantamento dos dados tratados, por isso não é contemplado diretamente com o referido programa, como ilustra o gráfico a seguir:

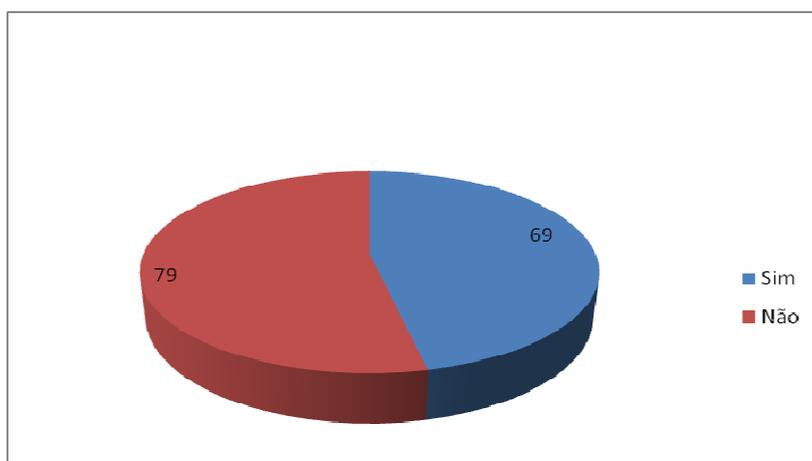


Gráfico 7: Trabalho regular dos estudantes de EJA nos finais de semana. Fonte: Questionário socioparticipativo do CED 11. Março/2010.

Na Instituição funciona o projeto Escola integral vinculado à Secretaria de Estado Extraordinário para a Educação Integral do Distrito Federal, estabelecido pela Portaria nº. 1, de 27/11/2009. A proposta é que o estudante passe sete horas na escola, no horário contrário das aulas tradicionais, para serem oferecidas aulas de arte, esporte, atividades de reforço escolar. Há ainda o *Mais Educação*, Instituído pela Portaria Interministerial MEC nº. 17/2007, de 24/04/2007. Ele é um programa do Governo Federal que objetiva aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macro campos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. As referidas ações que acontecem são prejudicadas pela estrutura física insuficiente da Instituição.



Figura 6: Entrada do bloco das salas de apoio do CED 11 Ceil/DF, junho de 2010.

A escola possui dezoito salas de aula, sala ambiente de Educação Física, Laboratório de informática, sala de Professores, sala da Coordenação Pedagógica, Sala de Recursos, sala da Orientação Educacional, Biblioteca, Secretaria, Depósito para merenda escolar, Cantina, Mecanografia, Refeitório, duas Quadras Polivalentes descobertas para a prática de esportes. A escola possui rampas e banheiros adaptados para cadeirantes. Ressalta-se ainda que foi construído um auditório com recursos próprios da escola, sem a participação do Estado, com capacidade para 260 pessoas.



Figura 7: Refeitório do CED 11 Ceilândia em junho de 2010.



Figura 8: Cantina do CED 11 Ceilândia/D, junho de 2010.



Figura 9: Sala dos professores do CED 11 Ceilândia/DF, maio de 2010.

Os gestores das escolas públicas do Distrito Federal são eleitos pelo voto direto da comunidade escolar, entretanto os candidatos ao cargo passam por um processo seletivo por intermédio de uma prova escrita e de uma prova de títulos em que devem obter uma nota mínima 7.0. Somente após essa seleção, são considerados candidatos e submetidos à aprovação da comunidade, voto direto. O resultado é submetido ao Conselho Escolar para referendar ou não o resultado das eleições. Todo esse processo compõe o projeto Gestão Democrática Compartilhada do governo do Distrito Federal estabelecido na Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007 e normatizado pela Portaria nº 301, de 31 de julho de 2009.

Em 2007, os atuais diretor e vice-diretor participaram de todas as etapas do projeto de Gestão Democrática Compartilhada. No momento de suas candidaturas, eles apresentaram uma proposta de Projeto Político Pedagógico. Depois de nomeados, esse Projeto Político Pedagógico passou por uma reconstrução pela Comunidade Escolar (gestores, professores, orientador escolar) nos encontros pedagógicos e foi referendado pelo Conselho Escolar que delineou os principais problemas a serem enfrentados, a saber:

No matutino, cuja principal clientela é de ensino médio, a falta de interesse e de pré-requisitos se destaca, tendo como pano de fundo as dificuldades sociais e a falta de perspectivas de crescimento por parte dos estudantes. No vespertino, onde atendemos apenas séries finais do Ensino Fundamental, temos como principais dificuldades a superlotação das turmas, a violência, a indisciplina e a depredação do patrimônio público. Parte do problema é causada pelo crescimento desordenado da comunidade próxima, onde o parcelamento ilegal de terras públicas, no caso, o antigo setor de chácaras, dobrou o tamanho da população a ser atendida por esta instituição de ensino. Já no turno noturno, em que trabalhamos com Educação de Jovens e Adultos (3º segmento), o grande problema é a evasão escolar. Em virtude desta realidade oferecemos vários níveis de atividades, buscando o envolvimento dos estudantes com a escola, a conscientização da importância da educação, a permanência dos estudantes na escola, o entendimento de que o patrimônio público deve ser utilizado e cuidado por todos e oportunizando uma educação de qualidade. (PPP, CED 11, Ceilândia/DF, 2010)

Essa prática da revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico é adotada no começo de cada ano letivo, pois a participação democrática é um fundamento essencial para a elaboração de uma proposta pedagógica que realmente atenda às demandas da Instituição.

Nosso Projeto é baseado na ação democrática de todos os setores, buscando uma construção coletiva, tanto na sua elaboração quanto na sua execução. O êxito das ações educativas será fruto da identificação dos problemas, análise e intervenção pedagógica realizada com acompanhamento da família, professores, coordenadores e direção, e ainda da participação efetiva dos estudantes em todas as etapas. Sendo um dos fundamentos de nossa proposta pedagógica a participação democrática, envolvendo a participação de todos os componentes da comunidade escolar, através de reuniões, debates e sugestões oferecidas de relevada importância para a elaboração da mesma. (PPP, CED 11, Ceilândia /DF, 2010)

Durante vinte e cinco anos, a escola ofereceu somente o ensino regular (fundamental e médio). No final do ano letivo de 2007, na estratégia de matrícula, a direção do CED 11 Ceilândia/DF foi avisada de que, no início de 2008, para atender à demanda da comunidade do setor “P” Norte, setor QNQ, QNR e do Setor Habitacional Sol Nascente de Ceilândia/DF, seriam ofertadas turmas de EJA, 3ª segmento, turno noturno nessa Instituição. É importante ressaltar que o CED 11 da Ceilândia/DF foi a primeira escola a oferecer a modalidade de EJA, 3º segmento nas localidades anteriormente citadas.

Com a modalidade já sendo ofertada, o CED 11 da Ceilândia enfrentou/enfrenta diversas dificuldades, haja vista que a escola não teve tempo de preparar os corpos docente e discente, a secretaria da escola, os próprios gestores. O primeiro problema a ser enfrentado foi a falta de formação dos professores, que na grande maioria, não tinha nenhuma experiência ou conhecimento com o público jovem e adulto.

Essa primeira dificuldade influenciou diretamente numa segunda, a falta de percepção das características próprias que os jovens e adultos traziam: história particular de vida, a evasão escolar, pais, mães de família, trabalhadores, a diversidade que diferenciava um ser do outro, enfim um público distinto do Ensino Regular.

Na Proposta Curricular da Instituição que está descrita no Projeto Político Pedagógico, anexo 3, o currículo para modalidade de Educação de Jovens e Adultos está distribuído em duas áreas somente: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, para cada área são direcionadas habilidades e competências a serem trabalhadas.

Há um representante dos professores de EJA, que ocupa o cargo de presidente, e nenhum do segmento dos alunos na composição do Conselho Escolar.

Não há a representação legítima dos alunos organizada, o grêmio estudantil; e nem do segmento dos professores, o delegado sindical. O Sindicato dos Professores-SINPRO/DF visita ocasionalmente a escola, somente no diurno.

Há 2.220 estudantes matriculados, dos quais 697 são alunos de Educação de Jovens e Adultos.

4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Qual é o currículo utilizado hoje no Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF para a EJA? No momento em que essa modalidade da Educação Básica chegou à referida escola, o currículo pedagógico não foi repensado para atender a esse novo público com suas especificidades, contrariando o Art. 37, § 1º da Lei de Diretrizes Básicas – LDB 9494/96:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (Brasil, 1996. Pág. 15).

O que houve foi uma adaptação das Orientações Curriculares – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para o Ensino Médio/2009 em que foi considerada apenas a carga horária reduzida. O que era desenvolvido em um ano, passaria a ser em seis meses. Em cada coordenação pedagógica, os professores de disciplinas afins, se reuniram e estabeleceram o conteúdo significativo para cada semestre. Essa ação não obedecia a nenhum critério pedagógico definido pela Instituição ou pela Secretaria de Estado de Educação. Essa situação implica a cada Instituição Educacional definir o currículo, de acordo com a formação dos profissionais da educação que nela atuam, por isso é comum que, numa mesma Diretoria Regional de Ensino ou até escola, existam vários currículos. Nessa perspectiva, não se considera que o estudante de EJA, em sua maioria, é um trabalhador, ou está prestes a se tornar um; o perfil do jovem e adulto da EJA; seus saberes historicamente acumulados, o fato que ocasionou o abandono dos estudos e nem os objetivos que os levaram a retomar os estudos.

Considerando que o discente da EJA constitui-se a partir de uma perspectiva sócio histórica cultural, o retorno à escola possibilita a organização do conhecimento formal com vistas à elevação da escolaridade e a ascensão social, econômica e intelectual. Para tanto, se faz necessário um currículo voltado às especificidades do jovem e do adulto, conforme o que indica o Documento Base Nacional Preparatório à VI Confinteia:

Construído de forma integrada, respeitando a diversidade de etnias e manifestações regionais da cultura popular, não pode ser previamente definido, e sem passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, bem como com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. (Documento Base Nacional Preparatório à VI Confinteia, 2008).

É importante ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA constituem um instrumento importante à organização das orientações curriculares para a EJA nos estados, haja vista que nelas são destacadas três funções estabelecidas no Parecer CNE/CEB 11/2000. Essas funções devem integrar as discussões em torno da proposta pedagógica da escola rumo a um currículo que contemple as demandas e as potencialidades do público de EJA.

A primeira função é a reparadora, ou seja, a restauração do direito de todos a uma educação e a uma escola de qualidade. Reconhecendo os grupos sociais que não tiveram, historicamente, acesso à educação escolar. Esse documento destaca as consequências

materiais e simbólicas oriundas da negação desse direito fundamental e também a importância do acesso ao saber construído na escola, que minimiza as consequências das desigualdades sociais.

As novas competências exigidas pelas transformações da base econômica do mundo contemporâneo requerem cada vez mais o acesso ao saber. Aqueles que se virem privados do saber básico e das atualizações requeridas podem se ver excluídos das antigas e novas oportunidades do mercado de trabalho. (Parecer CNE/CEB 11 de 2000, p.5).

A segunda função, a equalizadora, propõe que os sujeitos os quais tiveram sua trajetória escolar interrompida tenham garantido o direito de acesso e permanência na escola, como prioridade para o desenvolvimento de suas habilidades, não se esquecendo dos saberes obtidos ao longo da vida. Sendo assim, o Estado deve resguardar àqueles que evadiram da escola condições necessárias para que adquiram ou completem sua escolaridade.

A reentrada no sistema escolar dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. (Parecer CNE/CEB 11 de 2000)

A terceira função é a qualificadora e sua tarefa, segundo o Parecer CNE/CEB 11 de 2000, é propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Essa função constitui o próprio papel da EJA e estará presente sempre que a democratização da educação acontecer.

Paralelamente a essas três funções da EJA, pensou-se em qualificações para a organização do currículo que atenda às especificidades da referida modalidade.

Um currículo restaurador de uma educação de qualidade, pois, segundo dados nacionais gerais do IBGE/PNAD 2007, das pessoas com 15 anos ou mais de idade que frequentaram a Educação de Jovens e Adultos, 42/7% não concluíram nenhum segmento em que se matricularam.

Um currículo combinado com as experiências e os saberes dos jovens e adultos, mas também que tenha como eixo principal o trabalho como princípio educativo, visando que esse jovem e adulto compreenda o mundo do trabalho e as diversas maneiras de intervenção e inserção com prioridade para a formação de um novo trabalhador: crítico, político, criativo e intelectual.

O Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, lançou o Programa de Integração da Educação

Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Decreto Federal nº. 5.478/05.

O Decreto Federal nº. 5.840/06 institui nacionalmente o Programa de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – Proeja, que versa sobre a integração da educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos à profissionalização em nível técnico. Esse programa surge para atender a situação provocada pelo contínuo processo de exclusão social, desemprego, baixa renda *per capita*, baixa escolaridade e a falta de formação profissional.

A Educação Profissional de Jovens e Adultos precisa estar comprometida com a formação o trabalhador que seja capaz de pensar e compreender sobre sua própria vida e o seu papel social, não educar para a empregabilidade, mas para o trabalho em seu sentido mais profundo de recriação da realidade, o trabalhador que está embrutecido pelo seu cotidiano regado a desvalorização, baixos salários e longas jornadas de trabalho dificilmente irá refletir sobre as razões que o levaram aquelas condições, e principalmente não irá buscar outras de formas de viver, estamos deixando de ser criativos para sermos repetitivos, para reproduzir e manter uma sociedade desigual à serviço unicamente do capital. Dialogar com mercado é parte integrante da vida em sociedade, isto não pode ser abandonado, pois vivemos numa sociedade capitalista, excludente e cruel, a contra-hegemonia deve ocorrer no sentido de impedir que este se perpetue como ditador de regras de todos os segmentos da sociedade, de lutar contra a mercantilização daquilo que é direito público subjetivo. (SOUZA. Adriana Maria Nazaré. CEFET/PA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará. 2007, pág. 10).

Cabe ressaltar que existe uma experiência com o Proeja no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia/DF e no Centro de Educação Profissional de Ceilândia - Proeja-Transiarte. Trata-se de um projeto de pesquisa integrado pelas Universidades Federal de Goiás, Católica de Goiás, Universidade de Brasília e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. Iniciado em 2007, apresenta como pesquisa-ação na rede pública de ensino do Distrito Federal, objetiva despertar a identidade cultural na produção artística virtual de jovens e adultos de maneira coletiva e particular. Para tanto, a partir das ferramentas da WEB, permite ao jovem e ao adulto agirem diretamente na transformação do mundo presencial e virtual em que estão inseridos.

O Parecer CNE/CEB 23 de 2008, construído com base no documento intitulado Novos Passos da Educação de Jovens e Adultos do professor Jamil Cury, foi fruto da discussão dos seguintes temas: duração e idade mínima; idade mínima e certificação; Educação a Distância e Educação de Jovens e Adultos. A sociedade civil organizada e órgãos do governo federal, estaduais, municipais e distritais debateram as temáticas em três audiências públicas regionais, convocadas pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de Reformular a Resolução CNE/CEB 1 de 2000 que versa sobre as Diretrizes

Curriculares para Educação de Jovens e Adultos - EJA. As referidas audiências foram realizadas: (i) em três de agosto de 2007, em Florianópolis, SC, para atendimento às regiões Sul e Sudeste; (ii) em 14 de agosto de 2007, em Brasília, DF, para atender às regiões Norte e Centro-Oeste; e em 30 de agosto de 2007, na cidade de Natal, RN, para reunir representantes da região Nordeste.

Com o intuito de apoiar as discussões, foram elaborados os documentos a seguir discriminados:

Idade para EJA, produzido pela professora Isabel Santos, membro da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e coordenadora pedagógica de Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA); para o tema *Exames Supletivos/Certificação na Educação de Jovens e Adultos*, elaborado pela professora Maria Aparecida Zanetti, da Universidade Federal do Paraná, à época Coordenadora Estadual da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná e membro do Fórum Paranaense de EJA; e o documento intitulado *Educação Básica de Jovens e Adultos mediada e não mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação –TIC multimídia em comunidade de aprendizagem em rede*, proposto pela professora Maria Luiza Pereira Angelim. (Parecer CNE/CEB 6, 2010, pág. 2)

Em 2007, durante as audiências públicas, Angelim apresenta em seu texto as seguintes propostas para a Educação de Jovens e Adultos semipresencial em comunidade de aprendizagem em rede:

- a) Ensino Fundamental, a partir de 18 anos, semipresencial em comunidade de aprendizagem em rede, com duração mínima de 2 (dois) anos no 1º e no 2º segmento (Total de 4 anos), com aplicação das TICs na “busca inteligente” e na interatividade virtual, com garantia de ambiente escolar organizado para as práticas de Educação Física, de Artes Plásticas e Visuais, Musicais e Cênicas, de Laboratórios de ensino em ciências naturais, de audiovisual, de informática/internet e de grupos/turmas por projetos interdisciplinares, bem como para as práticas relativas à formação profissional inicial.
- b) Ensino Médio, a partir de 21 anos, semipresencial em comunidade de aprendizagem em rede, com duração de 2 (dois) anos, com aplicação das TICs na “busca inteligente” e na interatividade virtual de modo mais intenso, inclusive na produção das linguagens multimídia em laboratórios de audiovisual, informática/internet, com garantia de ambiente escolar organizado para as práticas de Educação Física, de Artes Plásticas e Visuais, Musicais e Cênicas, de Laboratórios de ensino em ciências naturais e de grupos/turmas por projetos interdisciplinares, bem como para as práticas relativas à formação profissional técnica.
- c) Infra-estrutura tecnológica como Polo de apoio às atividades escolares com garantia de acesso dos alunos à Biblioteca, rádio, televisão e internet.
- d) Interatividade pedagógica – garantida na relação de 1 (um) professor licenciado 20h para duas turmas de 30 alunos cada (60 alunos) ou 40h para quatro turmas de 30 alunos cada (120 alunos). Aos alunos serão fornecidos livros (e não módulos/“apostilas”) e oportunidades de consulta no Polo.
- e) Avaliação de aprendizagem dos alunos contínua e abrangente, auto-avaliação individual e em grupo contínua e exames presenciais.
- f) Avaliação periódica das instituições escolares (ANGELIM, 2007)

O Parecer CNE/CEB nº. 23/2008, pautado nas discussões com a sociedade civil organizada nas audiências públicas, abordou as três temáticas da seguinte maneira: a primeira definiu a alteração da idade mínima para início dos cursos de EJA Ensino Fundamental e Médio para 18 anos, ao mesmo tempo, indicou ao Ministério da Educação a necessidade de envio de projeto de lei para o Legislativo, preconizando a mesma alteração na LDB, da idade para os exames ditos supletivos. Além disso, recomendou ainda que até 2013 os estados, os municípios e o Distrito Federal realizassem tal transição. A segunda alertou para o fato de que a avaliação, no âmbito da EJA, é diferente dos exames supletivos de massa, sem qualidade. E por último, considerou a EAD na educação de jovens e adultos semipresencial em comunidade de rede, conforme as contribuições de Angelim (2007). É importante ressaltar que a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade esse Parecer elaborado pela conselheira Regina Vinhaes Gracindo.

Entretanto o Ministro da Educação, Fernando Haddad, não homologou o Parecer CNE/CEB nº. 23/2008 e solicitou à Câmara de Educação Básica a revisão e não consolidação do proposto no referido documento. A Câmara de Educação Básica atribuiu aos seus conselheiros a responsabilidade de redigir nova normatização. Dessa maneira, a Resolução CNE/CEB 3, de 15 junho de 2010, fundamentada no Parecer CNE/CEB 6/2010, de 09 de junho de 2010, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. No Art. 4º mantém a formulação do Parecer CNE/CEB 29 de 2006, não homologado pelo Ministro da Educação, que define o total de horas a serem cumpridas independentemente, da forma de organização curricular, a saber:

Art. 4º [...] I - para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;

II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

III - para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Parágrafo único. Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada com o Ensino Médio, reafirma-se a duração de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional de Nível Médio, tal como estabelece a Resolução CNE/CEB nº 4/2005, e para o ProJovem, a duração estabelecida no Parecer CNE/CEB nº 37/2006. (Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 junho de 2010)

Os arts. 5 e 6 definem que a idade mínima para atendimento na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental será de 15 anos e no Ensino Médio 18 anos, conforme dispõe o artigo 4º, incisos I e VII, da Lei nº. 9.394/96 sobre a realização de exames

supletivos. Em relação à avaliação, por meio de exames, o art. 7º estabelece a forma de organização da educação nacional: a certificação decorrente dos exames de EJA deve ser competência dos sistemas de ensino, em consonância com o Título IV da Lei 9.394/96 e no Art 7º, § 1º determina que os sistemas de ensino podem solicitar apoio técnico e financeiro ao INEP/MEC para a melhoria de seus exames para a certificação em EJA.

Em relação ao reconhecimento do ambiente virtual como espaço de aprendizagem, Resolução CNE/CEB 3 de 15 junho de 2010 estabeleceu no art. 9 que os cursos serão restritos ao segundo segmento do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio e devem obedecer aos seguintes definições:

I - a duração mínima dos cursos de EJA, desenvolvidos por meio da EAD, será de 1.600 (mil e seiscentas) horas, nos anos finais do Ensino Fundamental, e de 1.200 (mil e duzentas) horas, no Ensino Médio;

II - a idade mínima para o desenvolvimento da EJA com mediação da EAD será a mesma estabelecida para a EJA presencial: 15 (quinze) anos completos para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio;

III - cabe à União, em regime de cooperação com os sistemas de ensino, o estabelecimento padronizado de normas e procedimentos para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos a distância e de credenciamento das instituições, garantindo-se sempre padrão de qualidade;

IV - os atos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos a distância da Educação Básica no âmbito da unidade federada deve ficar ao encargo dos sistemas de ensino;

V - para a oferta de cursos de EJA a distância fora da unidade da federação em que estiver sediada, a instituição deverá obter credenciamento nos Conselhos de Educação das unidades da federação onde irá atuar;

VI - tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, a EAD deve ser desenvolvida em comunidade de aprendizagem em rede, com aplicação, dentre outras, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na "busca inteligente" e na interatividade virtual, com garantia de ambiente presencial escolar devidamente organizado para as práticas relativas à formação profissional, de avaliação e gestão coletiva do trabalho, conjugando as diversas políticas setoriais de governo;

VII - a interatividade pedagógica será desenvolvida por professores licenciados na disciplina ou atividade, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;

VIII - aos estudantes serão fornecidos livros didáticos e de literatura, além de oportunidades de consulta nas bibliotecas dos polos de apoio pedagógico organizados para tal fim;

IX - infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades escolares que garanta acesso dos estudantes à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital;

X - haja reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos de EJA presencial e os desenvolvidos com mediação da EAD;

XI - será estabelecido, pelos sistemas de ensino, processo de avaliação de EJA desenvolvida por meio da EAD, no qual:

a) a avaliação da aprendizagem dos estudantes seja contínua, processual e abrangente, com autoavaliação e avaliação em grupo, sempre presenciais;

b) haja avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática e garantia do efetivo controle social de seus desempenhos;

c) seja desenvolvida avaliação rigorosa para a oferta de cursos, descredenciando práticas mercantilistas e instituições que não zelem pela qualidade de ensino;

XII - os cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD, autorizados antes da vigência desta Resolução, terão o prazo de 1 (um) ano, a partir da data de sua publicação, para adequar seus projetos político pedagógicos às presentes normas. (Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010)

Na Conferência Nacional de Educação 2010 - Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação - buscou-se fortalecer a discussão sobre a inserção do termo “ambiente virtual multimídia” como um dos espaços educativos na EJA, previstos no art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Conae, 2010, pág 154)

De acordo com o documento da CONAE (2010), na seção dos aspectos didáticos metodológicos, item um se deve organizar currículos adequados à especificidade dos/das educandos/as de EJA, que levem em conta a diversidade e as realidades locais, rompendo com as práticas de aligeiramento dos conhecimentos, superando a visão compensatória dessas práticas, com a redução do tempo e do direito à educação, favorecendo assim a permanência do estudante no processo e a qualidade dessa educação.

Diante do exposto, ao discutir o currículo da Educação de Jovens e Adultos integrado à educação Profissional devemos estar atentos aos seguintes questionamentos: i) Discutir currículo é discutir a idade do público da EJA, junto a SEE/ DF e o Conselho Distrital de Educação? Como respeitar as diversidades e as realidades locais dos sujeitos da EJA num currículo integrado à Educação Profissional? Como inserir e reconhecer o ambiente virtual multimídia como espaços educativos na Educação de Jovens e adultos integrada à Educação Profissional? Como garantir a EAD na Educação de Jovens e adultos integrada à Educação Profissional de maneira que não se torne prática de aligeiramento? Como garantir uma avaliação formativa na Educação de Jovens e adultos integrada à Educação Profissional?

Sendo assim, o Currículo deve respeitar a diversidade do público ao qual se destina, sendo a transdisciplinaridade capaz de assegurar ao jovem e ao adulto um apanhado dos conteúdos globais, que não considere apenas cada disciplina de maneira isolada, fragmentada pautada pelo racionalismo, cujo paradigma mira-se somente pela lógica do raciocínio intelectual, mas que trabalhe com, entre, além das disciplinas para que os sujeitos possam sentir e pensar acerca dos mais distintos temas. Cabe ressaltar que o sujeito da EJA trabalhador [...] é um verdadeiro cosmo. Não só porque a profusão de interações em

seu cérebro seja maior do que todas as interações no cosmo, mas também por que leva em si um mundo fabuloso e desconhecido. (MORIN, 1996)

Do ponto de vista metodológico, a categoria transdisciplinaridade ocupa centralidade na discussão do currículo, tendo em vista a necessidade de articular e interagir os diversos saberes dos sujeitos para a construção de um projeto político pedagógico que rompa com a lógica taylorista/fordista expressa na matriz curricular pensada por disciplina e na separação entre execução e concepção no ambiente escolar. É preciso mudar tal paradigma para “Educar na era Planetária”, em que o pensar não seja mais sinônimo de raciocínio, mas de sentimento, existência, criatividade, transformação, afetividade (MORIN, 1996).

As disciplinas tradicionais não dialogam com os fenômenos da vida dos indivíduos para a construção de novos conhecimentos, portanto há necessidade de superação da organização do conhecimento disciplinar sem qualquer relação com os meios produtivos e a vida social.

Na metade do século XX, a necessidade de articulação entre os diversos conteúdos contribuiu para que surgisse a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. Nicolescu (1999) as definiu da seguinte maneira: I) a interdisciplinaridade constitui-se por meio da transferência de métodos de uma disciplina para outra, perdem seus pontos de vistas particulares para construir um novo conhecimento; II) a multidisciplinaridade evidencia-se pelo estudo de um conhecimento de uma disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo.

De acordo com Nicolescu (1999), a transdisciplinaridade indica a construção do conhecimento do novo, é o processo de construção da totalidade, que nunca se encerra, pois há sempre algo novo para conhecer. Seu objetivo é *a compreensão do mundo presente*, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. Trata-se da construção de um novo paradigma que dialogue com outras áreas de conhecimento com prioridade para a elaboração de um novo saber e domínio das partes e da totalidade, conforme nos diz Kosik:

A totalidade não é um todo que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação no conteúdo, mas também criação do todo.[...] A criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes. (KOSIK, p 59, 2002)

A transdisciplinaridade consiste naquilo que está entre as disciplinas, através das disciplinas e além de toda a disciplina. Três pilares determinam a metodologia de pesquisa. São eles: níveis de realidade, lógica do terceiro excluído e complexidade e se interessa pela dinâmica engendrada pela ação de vários níveis de realidade por si mesmo. Salienta-se que a disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são

complementares e não antagônicos. Diante do exposto, sugere-se a integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência. Implica na construção de outros objetos com suas formas peculiares de tratamento metodológico, a partir não mais da lógica formal e sim do movimento da realidade, caótica e desordenada, que propõe ao homem desafios novos e complexos que exigem tratamento original a partir da integração dos vários campos do conhecimento.

A transdisciplinaridade não é um simples conjunto de conhecimentos ou um novo modo de organizá-los. Trata-se de uma postura de respeito pelas diferenças culturais, de solidariedade e de integração de natureza. (Theophilo, 2006)

Com vistas aos pressupostos epistemológicos, a comunidade escolar do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF deverá pautar a edificação do Documento Orientador e das Propostas Curriculares a fim de que no currículo para a Educação de Jovens e Adultos seja considerada a diversidade dos sujeitos da EJA, as variações culturais, os diferentes sujeitos e suas experiências de vida, com o objetivo de definir conteúdos, métodos de ensino específicos, avaliação de aprendizagem e, ao mesmo tempo, responda aos interesses do jovem e do adulto trabalhador que buscam, por meio da elevação da escolaridade, a melhoria das suas condições de vida e melhores postos de trabalho,

Considerando as especificidades da EJA, a construção dos documentos deve priorizar uma educação para o trabalhador que se configure como um instrumento para ler o mundo de maneira crítica, priorizando a luta por mudanças na sociedade capitalista e a construção de novas relações sociais. Além disso, esse trabalhador deve ser capaz de acompanhar as mudanças e compreender o mundo do trabalho.

Para tanto, o eixo norteador do currículo deve pautar-se no entendimento de que o trabalho se constitui nas relações sociais que estão em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas, sendo esse o desenvolvimento dialético que constitui a história humana. Nesse contexto, o trabalho deve ser entendido como princípio educativo e toda educação deve priorizar a formação para o trabalho. Cabe ressaltar que a educação não se limita ao ensino profissionalizante. As propostas Curriculares devem considerar três eixos temáticos: trabalho, cultura e tecnologia.

O primeiro eixo abordado é o trabalho como princípio educativo que deriva da especificidade de ser uma atividade necessária a todos os estudantes de EJA, educadores e gestores que ao se reconhecerem como trabalhadores assalariados e sujeitos de direito lutam pelo acesso e permanência à educação emancipatória, ao mesmo que tempo reivindicam o direito à profissão e à qualificação. Tal concepção aproxima-se dos pressupostos estabelecidos por Gramsci quando elege o trabalho como seu princípio educativo e, desse modo, discorda das “modernas escolas que fazem do industrialismo seu

princípio pedagógico de forma ‘interessada’ no sentido de interesseira, mesquinha e imediatista e aponta o instrumento de trabalho para a escola unitária como um feixe de relações políticas, sociais e produtivas” (NOSELLA, 2004, p.1)

Há um enorme distanciamento entre as propostas curriculares e o mundo do trabalho, todavia existem iniciativas, como a política pública voltada para a Economia Solidária que promove a articulação sobre uma nova lógica de geração de emprego e renda pautada por meio da aplicação de conhecimento científico e a reflexão sobre a organização da produção e da reprodução da sociedade de modo a diminuir as desigualdades e difundir os valores da sociedade humana. Nesse sentido, os sujeitos da EJA são chamados a exercerem um maior protagonismo, num mundo marcado fortemente pelas relações de capital e trabalho por outro prisma, a saber:

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. (SINGER, 2005, p. 14)

O segundo eixo trata-se da cultura no terreno da formação humana. O processo educativo deve considerar as peculiaridades das heranças culturais dos jovens e adultos para não reduzi-los a nenhuma das dimensões que os constituem:

As aptidões organizadoras do cérebro humano necessitam de condições socioculturais para se atualizarem, as quais necessitam das aptidões do espírito humano para se organizarem. Os 'programas' culturais que co-geram os conhecimentos do espírito / cérebro foram historicamente co-gerados por interações entre espíritos / cérebros. A cultura está nos espíritos, vive nos espíritos, os quais estão nas culturas, mas, num certo sentido, a minha cultura conhece através do meu espírito. Assim, portanto, as instâncias produtoras do conhecimento se co-produzem umas às outras; há uma unidade recursiva complexa entre produtores e produtos do conhecimento, ao mesmo tempo em que há relação hologramática entre cada uma das instâncias produtoras e produtivas, cada uma contendo as outras e, nesse sentido, cada uma contendo o todo enquanto todo. Significa dizer não apenas que o menor conhecimento comporta elementos biológicos, cerebrais, culturais, sociais, históricos. Quer dizer sobretudo que a idéia mais simples necessita conjuntamente de uma formidável complexidade bioantropológica, de uma hipercomplexidade sociocultural. Falar em complexidade é falar em relação simultaneamente complementar, concorrente, antagônica, recursiva e hologramática entre essas instâncias co-geradoras de conhecimentos. (Morin,2002)

O terceiro eixo deve considerar que as novas tecnologias individuais e coletivas modificam substancialmente a maneira de abordar a educação e a formação dos sujeitos da EJA, tendo em vista que as ferramentas do ciberespaço propiciam aprendizados individuais e cooperativos em rede favorecendo novas formas de acesso à informação como:

Toda e qualquer reflexão séria sobre o devir dos sistemas de educação e formação na cybercultura deve apoiar-se numa análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. A esse respeito, a primeira constatação envolve a velocidade do surgimento e da renovação dos saberes e do know-how. Pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no começo de seu percurso profissional serão obsoletas no fim de sua carreira. A segunda constatação, fortemente ligada à primeira, concerne à nova natureza do trabalho, na qual a parte de transação de conhecimentos não pára de crescer. Trabalhar equivale cada vez mais a aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos. Terceira constatação: o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que ampliam, exteriorizam e alteram muitas funções cognitivas humanas: a memória (bancos de dados, hipertextos, fichários digitais [numéricos] de todas as ordens), a imaginação (simulações), a percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), os raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos). (LÉVY, 2006. Disponível em: my.opera.com/andrehb/blog/show.dml)

Concomitante a esse três eixos temáticos, vale ressaltar que a estratégia de aprendizagem do processo educativo deve primar-se numa prática libertadora que considere o diálogo entre os saberes dos indivíduos, ao mesmo tempo, oportunize a vez, a voz e a decisão dos estudantes da EJA no momento da definição de uma situação-problema-desafio. Essa situação discutida no círculo de cultura selecionará um tema gerador para a discussão dos conteúdos que contribuirá para outras possíveis aprendizagens individuais e/ou coletivas de construção de saberes que envolvem as práticas sociais do jovem, adulto e idoso. (Reis, 2000) A apropriação dos conhecimentos formais constitui-se como instrumentos necessários ao mundo do trabalho e à vocação do ser mais, político, histórico e social capaz de compreender o mundo e de agir sobre ele. (Paulo Freire)

Para tanto se o currículo orienta a ação pedagógica, ele deve expressar os interesses dos educadores e educandos: oferecer os conhecimentos necessários para a compreensão histórica da sociedade; usar metodologias que dêem voz a todos os envolvidos nesse processo e adotar uma avaliação que encaminhe para a emancipação.

Avaliar não se limita à construção de instrumentos de avaliação, mas à construção de uma postura avaliativa que compreenda: uma análise mais próxima da realidade dos e “com” os estudantes para, a partir dela, fazermos uma seleção criteriosa de procedimentos e de instrumentos que, criativamente, constituam-se em construtos avaliativos que possibilitem aos estudantes expressar suas idéias, inclusive suas estratégias diferenciadas de resolução de problemas; pôr em prática sua capacidade de análise, de verificação, de interpretação e de resolução de situações de ensino das diferentes áreas, de maneira que este seja capaz de reconhecer e justificar que o procedimento escolhido para resolver determinada situação é apropriado ou não. Estudantes e professor devem exercitar a comunicação de idéias e de conceitos porque a aprendizagem se dá por meio da interconexão entre professor/estudante/estudante/ construção de conhecimento. Portanto, é necessário que a avaliação se torne meio de aprendizagem para os estudantes e os professores para se transformar em espaço de discussão, de análise, de reflexão e de ação porque a avaliação que se promove na escola só tem sentido se for para promover o

crescimento e a sensibilização da formação humana da qual a escola é responsável. (BATISTA, 2004).

Diante do exposto, o presente Projeto de Intervenção Local pretende construir um currículo para a Educação de Jovens e Adultos pautado na transdisciplinaridade e na integração com a Educação Profissional, a partir de três eixos temáticos: trabalho, cultura e tecnologia.

5- OBJETIVOS

5.1 - OBJETIVO GERAL:

Construir o documento orientador e as propostas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação Profissional do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF

5.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Apresentar ao Conselho Escolar o presente Projeto.
2. Apresentar à comunidade escolar o presente Projeto.
3. Elaborar o questionário Perfil da Educação de Jovens e Adultos – PEJA do CED 11 – Ceilândia/DF.
4. Mobilizar a Secretaria da escola para a execução da tabulação do PEJA no próprio sistema tecnológico da Instituição.
5. Identificar e diagnosticar as demandas dos sujeitos da EJA para a formação profissional. Mobilização da comunidade escolar e dos parceiros para a organização do documento orientador e das propostas curriculares.
6. Organizar seminários com o objetivo de conceituar as bases teóricas de um currículo de EJA integrado à Educação profissional, assim como, apresentar os eixos norteadores para a discussão desse currículo, tais como: trabalho, cultura e tecnologia, considerando a perspectiva transdisciplinar.
7. Construir com os segmentos referenciais epistemológicos a partir dos eixos temáticos: trabalho, cultura e educação.
8. Promover oficinas e constituir grupos de trabalho formados a partir da área de conhecimento com a participação de toda a comunidade e parceiros.
9. Encaminhar o documento orientador e as propostas curriculares à Regional de Ensino da Ceilândia/DF e à Secretaria de Estado de Educação com o objetivo de viabilizar a elaboração de parecer regulamentador para a modalidade EJA na rede pública de ensino do Distrito Federal.
10. Encaminhar o documento orientador e as propostas curriculares à Câmara Legislativa do Distrito Federal e à coordenação colegiada do GTPA/Fórum EJA-DF.

6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES:

O processo de elaboração do Currículo integrado a Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF demandará a mobilização, levantamento de demandas e estudo no qual participarão professores, estudantes da EJA, gestores, coordenadores, trabalhadores da carreira assistência, representantes do Conselho Escolar, coordenação de EJA da Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia/DF, representante da Gerência de EJA e da Diretoria de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, professores do Centro de Educação Profissional de Ceilândia/DF, professores da Faculdade de Educação da UnB, representante do Conselho de Educação do DF, representante do Fórum EJA do Distrito Federal, sindicato, presidente de Associação de Bairros, líderes religiosos, movimentos sociais e representante da Comissão de Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Inicialmente será elaborado um diagnóstico socioparticipativo, com base no questionário aplicado pela PNAD 2007, com o objetivo de conhecer os anseios da comunidade escolar em relação ao currículo de EJA integrado à Educação Profissional. Após a tabulação dos dados e resultados, o Conselho escolar convocará uma reunião com toda comunidade escolar para a apresentação de dados do diagnóstico sócio participativo e a sensibilização da comunidade, com vistas à elaboração do Documento Orientador e das Propostas Curriculares.

Nessa reunião, será formada uma comissão composta por todos os segmentos da escola, que ficará responsável pela organização dos seminários e das oficinas para a elaboração do Documento Orientador e das Propostas Curriculares, assim como, pela articulação com a DRE de Ceilândia/DF, a Secretaria de Estado de Educação, o Conselho de Educação, os professores da Faculdade de Educação da UnB, os representantes do GTPA Fórum EJA/DF, dentre outros.

A primeira atividade dessa comissão será a organização do Seminário: *Construindo Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia* (Seminário I) que envolverá toda a comunidade escolar e todos os parceiros com o objetivo de conceituar as bases teóricas de um Currículo de EJA integrado à Educação Profissional, assim como, apresentar os eixos norteadores para a discussão desse currículo, tais como: trabalho, cultura e tecnologia.

Nesse seminário, outras três abordagens tornam-se necessárias: a primeira, apresentar o desenho da política pública Federal para a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional – Proeja. A segunda, as experiências de currículo

integrado à educação Profissional dos estados do Paraná e Mato Grosso e, finalmente, a experiência Proeja Transarte do Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia/DF em parceria com Centro de Educação Profissional de Ceilândia/DF.

Tomando como ponto de partida o Documento Base do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA (BRASIL, 2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) e as experiências dos estados do Paraná e Mato Grosso em relação à Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos serão realizadas oficinas por mediadores para a discussão dos eixos temáticos: educação, cultura, trabalho e tecnologias. Nessas oficinas, participarão a comunidade escolar e os parceiros com objetivo de elaborar o Documento Orientador da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF. As discussões por eixo temático (trabalho, cultura, tecnologia) serão sistematizadas pelos mediadores e relatores de cada eixo temático.

Nesse documento deverão ser apresentados os pressupostos teóricos, fundamentos e princípios dessa política, bem como a organização curricular, perfil do aluno e do professor e as orientações metodológicas necessárias ao trabalho docente. Durante a sua elaboração, será submetido às discussões, crítica e sugestões da comunidade escolar do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF.

A partir do Documento Orientador do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF, será desencadeada a construção das propostas curriculares, as quais serão elaboradas coletivamente com a participação da comunidade escolar dessa Instituição. Serão realizadas três oficinas e nelas serão constituídos quatro Grupos de Trabalho – GTs: Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática, habilitações técnicas indicadas pela comunidade escolar. Esses GTs serão compostos por estudantes de EJA, gestores da Instituição Educacional, trabalhadores da carreira assistência, professores do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF, do Centro de Educação Profissional de Ceilândia/DF, da Gerência de EJA, da Diretoria de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação, da Faculdade de Educação da UnB, representante da comissão de Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sindicatos, presidente de Associação de Bairros, líderes religiosos, movimentos sociais para sistematizarem as propostas.

Após validação dessa proposta curricular pela comunidade do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF, a comissão deverá organizar o II Seminário: *Construindo Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia* para a apresentação do Documento Orientador e das

propostas curriculares para todos os parceiros envolvidos e as 13 Diretorias Regionais de Ensino do Distrito Federal, Escolas Técnicas do DF, entre outros.

Nesse seminário, a comunidade escolar, por meio do conselho escolar, apresentará e entregará oficialmente à Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia/DF e à Secretaria de Estado de Educação o Documento Orientador e as Propostas Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, ao mesmo tempo solicitará que os documentos sejam encaminhados ao Conselho de Educação do Distrito Federal.

Ao Conselho caberá convocar Audiência Pública para a discussão dos documentos apresentados com o objetivo de formular parecer regulamentador das propostas curriculares para essa modalidade de ensino da rede pública do Distrito Federal.

Concomitantemente, o conselho escolar do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF agendará uma reunião com a comissão de Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a coordenação Colegiada do Fórum EJA do Distrito Federal para entrega oficial dos documentos.

Com a Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos busca-se a permanência desses jovens e adultos excluídos do sistema escolar, possibilitando-lhes acesso à educação e a formação profissional na perspectiva da integralidade. Portanto, é fundamental que a Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos seja pautada numa proposta que considere a integração ao mundo do trabalho, bem como a valorização dos saberes da formação geral, profissional e também do cotidiano.

7- CRONOGRAMA

Tabela 2 – Agenda das atividades

Atividades	Segundo Semestre de 2010	Primeiro Semestre de 2011	Segundo Semestre de 2011
Elaboração do diagnóstico socioparticipativo	X		
Aplicação do diagnóstico socioparticipativo	X		
Levantamento e análise dos dados aplicados no questionário socioparticipativo.	X		
Ciclo de palestras. Tema currículo transdisciplinar	X		
Ciclo de palestras. Tema currículo integral	X		
Mobilização e sensibilização da comunidade escolar	X		
Realização do I Seminário “Construindo Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia”.		X	
Realização de Oficinas por eixo temático		X	
Sistematização das discussões por eixo temático		X	
Apresentação da sistematização das propostas por eixo temático para a comunidade escolar para críticas e sugestões		X	
Reuniões dos Grupos de Trabalho -GTs:			X
II Seminário para validação das Propostas Curriculares e entrega oficial à Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.			X
Entrega dos documentos para a Comissão de Educação da Câmara Legislativa do DF e coordenação do Fórum EJA do DF.			X

8- PARCEIROS:

Os parceiros para a realização da Construção das Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF serão: os professores, os alunos, os gestores, os coordenadores, a secretária escolar do Centro Educacional 11 da Ceilândia/DF, os representantes do Conselho Escolar, a coordenação de EJA da Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia/DF, o representante da Gerência de EJA e da Diretoria de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, os professores do Centro de Educação Profissional de Ceilândia/DF, os professores da Faculdade de Educação da UnB, representantes do Conselho de Educação do DF, representantes do GTPA/Fórum EJA do Distrito Federal, representantes de sindicatos, presidentes de Associação de Bairros, líderes religiosos, movimentos sociais e a Comissão de Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

9 – ORÇAMENTO

Os recursos financeiros para a implementação das ações de elaboração do documento orientador e das propostas curriculares serão parcialmente provenientes de desvinculação financeira de programas do Governo Federal, tal como: Dinheiro Direto na Escola; os recursos advindos da Secretaria de Educação do Distrito Federal – PDAF. Outras parcerias deverão ser fomentadas para desenvolvimento dessa ação. A seguir foram levantados os custos da implementação do projeto:

Tabela 3 - Previsão dos custos para ação do PIL

	Custos
1 - Questionário sócio participativo	
1.1 Elaboração	R\$ 560
1.2 Tabulação de dados	R\$ 500
1.4 Análise de resultados	R\$ 600
Subtotal	R\$ 1.660
2 - Seminário I	
2.1 pasta e caneta,	R\$ 520
2.2 bloco de papel	R\$ 400
2.3 material impresso	R\$ 500
2.4 água e café pra 260 pessoas	R\$ 100
2.5 alimentação pra 260 pessoas	R\$ 2.800
2.6 equipamento de som	R\$ 300
2.7 passagem aérea de representantes dos estados do Paraná e Mato Grosso	R\$ 2.400
2.8 hospedagem e traslado	R\$ 412
Subtotal	R\$ 7.432
3 - 3 (três) oficinas pra 260 pessoas	
3.1 equipamento de som	R\$ 900
3.2 água e café para 260 pessoas	R\$ 300
3.3 material impresso	R\$ 1.500
Subtotal	R\$ 2.700
4 Seminário II	
4.1 pasta e caneta	R\$ 520
4.2 bloco de papel	R\$ 400
4.3 material impresso	R\$ 500
4.4 água e café pra 260 pessoas	R\$ 100
4.5 alimentação pra 260 pessoas	R\$ 2.800
4.6 equipamento de som	R\$ 300
Subtotal	R\$ 4.620
5 Total	R\$ 16.412

10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Na vasta literatura acerca da avaliação educacional, há inúmeros conceitos de que classificam as investigações de cunho avaliativo. Conforme Faria (2006), o *acompanhamento e monitoramento*: em geral, busca identificar o grau de adequação entre o planejado e o executado. Trata-se, assim, de ação que visa *avaliar a eficiência de alguma atividade*. Nesse âmbito, o monitoramento permite intervir no processo de execução da atividade, do programa ou da política, corrigindo, assim, os rumos cada vez que desvios são detectados. Na maior parte das vezes, referida intervenção exige iniciativa, criatividade e soluções alternativas aos entraves surgidos durante o processo de execução.

Nessa perspectiva, a avaliação do Projeto Interventivo Local *Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos Integradas à Educação Profissional do Centro Educacional 11 da Ceilândia: Uma Proposta em Construção* será realizada ao longo de seu desenvolvimento. Essa investigação contará com a participação da comunidade escolar dessa Instituição Educacional, dos parceiros e da equipe responsável pela ação.

O acompanhamento, monitoramento, estudo e pesquisa dessa ação objetiva contribuir para a implantação e consolidação das Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia, bem como da investigação das questões atinentes à Educação de Jovens e Adultos e às suas especificidades, considerando a realidade da escola.

Em relação aos objetivos específicos da avaliação, almeja-se:

1) Avaliar o processo de aplicação e validação do diagnóstico sócio participativo com vistas à obtenção de dados fidedignos à realidade daquela comunidade escolar.

2) Avaliar a ação de mobilização e sensibilização da comunidade escolar do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF.

3) Avaliar se o público alvo do I Seminário compreendeu os principais conceitos relativos à Educação de Jovens e Adultos integrados à Educação Profissional.

4) Identificar se a metodologia utilizada nas oficinas por eixo temático possibilita a construção do Documento Orientador do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF.

5) Avaliar se a metodologia de constituição de Grupos de Trabalho por área de conhecimento colabora para a construção das Propostas Curriculares.

6) Avaliar o desempenho dos segmentos da comunidade escolar e dos parceiros na construção do Documento Orientador e das Propostas Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.

Com base nos objetivos apontados, estabelecemos seis critérios operacionais para execução do acompanhamento e monitoramento das ações para a Construção das Orientações Curriculares da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação

Profissional do Centro Educacional 11 de Ceilândia/DF. De acordo com as ideias de Sbragia(1984) a saber:

- a) Qualidade técnica da ação - refere-se ao grau que os padrões técnicos da ação foram atingidos de acordo com o conhecimento da equipe proponente.
- b) Observância aos custos iniciais - se os custos iniciais obedeceram às estimativas planejadas.
- c) Observância a prazos – se o projeto obedeceu aos prazos estabelecidos em suas etapas e no geral.
- d) Agregou capacidade técnica a Instituição Educacional – se o projeto contribuiu para a natureza técnica da escola tanto do ponto de vista material (laboratórios, equipamentos) quanto humanos (novas formações profissionais).
- e) Construiu conhecimentos - colabora para o avanço na construção de conhecimentos dos profissionais da educação e da comunidade escolar no campo científico que possibilite a divulgação.
- f) Reconhecimento externo - identificar se a ação gerou contribuiu para melhoria da relação comunidade escolar e da escola. (SBRAGIA, 1984)

A avaliação do desenvolvimento das atividades dar-se-á ao final de cada atividade de construção dos documentos, por meio de questionários participativos.

11- REFERÊNCIAS

ANGELIM. Maria Luiza Pereira. **Audiências sobre a Reformulação da Resolução CNE/CEB 1/00.** Educação de Jovens e Adultos-EJA. Educação a distância e/ou Educação mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação –TICs.. Brasília, 2007.

BATISTA. Carmyra Oliveira. **Metodologia e Práticas em Avaliação.** 10º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem – SENADE, ano 2006;

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei Federal 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Bases para a Educação Nacional; e legislação correlata, Brasília, DF, 1996.

_____. **Decreto 5478/05, de 24 de junho de 2005.** Institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2005.

_____. **Decreto 5840/06, de 13 de julho de 2006.** Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília. 2006.

_____. **Portaria Interministerial MEC/MS 17/2007, de 24 de abril de 2007.** Escola que Protege; Ética e Cidadania; Programa Saúde na Escola. Brasília, 2007

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA. Documento Base.** Brasília, 2006.

_____. **Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010.** Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília. 2010.

_____. **Parecer CNE/CEB 11/2000.** Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação. Brasília. 2000.

_____. **Parecer CNE/ CEB 29, de 05 de abril de 2006.** Reformulação da Resolução CNE/CEB 1/2000, que reformula as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília. 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB 23, de 8 de outubro de 2008.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília. 2008.

_____. **Parecer CNE/CEB 06, de 07 de abril de 2010.** Reexame do Parecer CNE/CEB 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de

EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília, 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB 1, de 5 de julho de 2000.** Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. **Resolução 3, de 15 de junho de 2010.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília, 2010.

FARIA, R. M. **Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências.** In MELO RICO (Org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.* São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 22ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996/2007.

GOVERNO do Distrito Federal. **Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 8 de junho de 1993.** Brasília, 1993

_____. **Lei nº 4.036, de 25/10/2007.** Gestão Compartilhada. Brasília, 2007.

_____. **Decreto 2.842, de 10 de agosto de 1988.** Define as áreas ao norte de Taguatinga nas antigas terras da Fazenda Guariroba, de Luziânia – GO. Brasília, 1988.

_____. **Orientações Curriculares: Ensino Médio.** Secretaria de Estado de Educação. Brasília, 2008

_____. **Portaria 1, de 27 de novembro de 2009.** Implementação de política de educação integral no Distrito Federal. Brasília, 2009.

_____. **Portaria 301, de 31 de julho de 2009.** Gestão Compartilhada nas escolas públicas do Distrito Federal. Brasília, 2009.

GOVERNO do Mato Grosso. **Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado do Mato Grosso.** Secretaria de Estado de Educação. Mato Grosso, 2009.

GOVERNO do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Secretaria de Estado de Educação. Curitiba, 2006

GTPA-FÓRUM EJA/DF. **Relatório síntese do XVII Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF. 5/7/2008**

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

KRUPPA, Sonia M. Portela. Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos: in SINGER, Paul. **A Economia Solidária Como Ato Pedagógico**. Brasília: INEP, 2005

LÉVY Pierre. **Educação e Cybercultura**. 2006. Disponível em: my.opera.com/andrehb/blog/show.dml. Acesso em: 21 de julho de 2010.

MELO RICO (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MORIN, Edgar **O Método 4 - as idéias: habitat, vida, costumes, organização**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**, tradução do Francês por Lucia Pereira de Souza. Triom, São Paulo, 1999

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

REIS, Renato Hilário. **A Constituição do Sujeito Político, Epistemológico e Amoroso na Alfabetização de Jovens e Adultos**. Tese de Doutorado. UNICAMP.2000.

SBRAGIA, Roberto. **Avaliação de Desempenho de Projetos**. Revista Administração. Vol 19/ 1, São Paulo, 1984.

SOUZA, Adriana Maria Nazaré de. **Currículo Integrado e Proeja**: por uma outra educação do trabalhador CEFET/Pa – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará. Pará

THEOPHILO, Roque. **A Transdisciplinaridade e a Modernidade**. 2006. Acesso em 21/6/2010: <http://www.sociologia.org.br/tex/ap40.html>

Anexos

Anexo 1 - Questionário socioparticipativo aplicado no CED 11 Ceilândia/DF

1- Sexo: a) Feminino. b) Masculino.
2- Qual a sua naturalidade? (Cidade e estado) _____
3 – Qual é a sua idade? a) De 17 a 24 anos. b) De 25 a 32 anos. c) De 33 a 40 anos. d) De 41 a 48 anos. e) Mais de 49.
4 – Em que horário você gostaria que fosse servido o lanche? a) De 18h.40min. às 19h.10min. b) De 20h.30min. às 21h. c) Outro horário. Qual? _____
5- Você já interrompeu seus estudos por algum motivo? a) Sim. Quantas vezes foi e voltou? _____ b) Não.
6- Qual o motivo que o(a) levou a interromper os estudos? a) Família. b) Não conseguiu vaga na escola. c) Trabalho. d) Falta de dinheiro. e) Outro. Qual? _____
7- Por quanto tempo você ficou sem estudar? a) Por meses. b) Por 1 a 2 anos. c) Por 3 a 5 anos d) Por 5 a 9 anos. e) Por mais de 10 anos.
8- Qual é a maior dificuldade em estudar no turno noturno? a) Chega cansado do trabalho e ainda tem que ir à escola. b) O transporte urbano. c) O horário de trabalho. d) Não tem com quem deixar os filhos. e) Outros. Qual? _____
9- Por que você decidiu retomar os estudos? a) Crescimento pessoal. b) Somente para obter o certificado. c) Promoção no trabalho d) Influência familiar. e) Outros. Qual? _____
10- Qual é o seu trabalho? (Descreva-o):
11- Você tem carteira assinada? a) Sim. b) Não.
12 – O seu salário é o principal sustento da casa? a) Sim. b) Não.

13 – Em que cidade você trabalha?

- a) Brasília, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro
- b) Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Varjão, Planaltina, Sobradinho, Jardim Botânico.
- c) Samambaia, Recanto das Emas, Taguatinga, Vicente Pires, Gama, Santa Maria, Brazlândia.
- d) Guará, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Vicente Pires, Riacho Fundo,
- e) Candangolândia, Park Way, SAI. f) Outra. Onde? _____

14 - Tem moradia própria?

- a) Sim. b) Não. c) Outros. Qual? _____

15 – Você trabalha regularmente aos sábados, ou aos domingos?

- a) Sim. b) Não.

16 – Você tem acesso à Internet em casa ou em outro lugar?

- a) Sim. b) Não

17- Possui endereço de correio eletrônico (*e-mail*) ou *Orkut*?

- a) Sim. b) Não.

18- Quais os dois materiais escritos que mais leu até hoje?

- a) Gibi. B) A Bíblia Sagrada. c) Revistas, jornais.
- d) Apostilas da escola. e) Livros, romances.

19- Quantas horas por dia você se dedica à leitura?

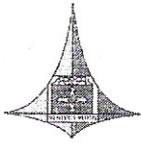
- a) Menos de uma hora. b) Mais de uma hora.

20- Quantos livros você leu nos últimos três meses:

- a) Nenhum. b) Quase um. c) Um.
- d) Dois. e) Mais de dois.

21- Qual a finalidade da sua leitura (Objetivo)?

- a) Escolar. B) Informação. c) Conhecimento.
- d) Obrigação. e) Prazer, diversão.



GDF - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
 CENTRO EDUCACIONAL 11 DE CEILÂNDIA
 EQNP 01/05 - ÁREA ESPECIAL-SETOR P NORTE-CEILÂNDIA/DF (61)3901-6869-
SOME - SOLICITAÇÃO DE MATRÍCULA ESCOLAR (2010)

DADOS DO ALUNO: -----

NOME: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____ NACIONALIDADE: _____
 NATURALIDADE: _____ UF: PAI: _____
 DF
 Foto(3x4) MAE: _____ RAÇA: _____ ANEE: _____ MA
 INGRESSO NA REDE PÚBLICA: SEXO: _____ ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____
 CIDADE: _____ UF: CEP: _____ TELEFONE(S): _____
 CERTIDÃO: NÚMERO: _____ FOLHA: _____ LIVRO: _____ UF/CARTÓRIO: NOME DO CARTÓRIO: _____ CIDADE: _____
 IDENTIDADE Nº: _____ DATA DE EMISSÃO: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____ CPF Nº: _____ NIS Nº: _____
 660288

DADOS DO RESPONSÁVEL: -----

NOME: _____ TIPO DE RESPONSÁVEL: _____ TELEFONE RESIDENCIAL: _____
 TELEFONE TRABALHO: RAMAL: _____ LOCAL DE TRABALHO: _____

PROCEDÊNCIA DO ALUNO (PARA USO EXCLUSIVO DA INSTITUIÇÃO): -----

PROCEDÊNCIA: _____ ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO: _____

PERÍODO: _____ SEGMENTO: _____ SEMESTRE: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

CONFIRMAÇÃO DA MATRÍCULA (PARA USO EXCLUSIVO DA INSTITUIÇÃO): -----

ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO: _____ PERÍODO: _____ SEGMENTO: _____ SEMESTRE: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

DOCUMENTO(S) NÃO APRESENTADO(S): -----

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: -----

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS:

Componente	1º SEMESTRE				2º SEMESTRE				3º SEMESTRE				4º SEMESTRE			
	R	F	CH	A/S												

INFORMAÇÕES SOBRE A SAÚDE DO ALUNO: -----

RESPONSÁVEL

SECRETÁRIO(A) ESCOLAR

DIRETOR(A)

 DATA

 DATA

 DATA

ASSINATURA

ASSINATURA E CARIMBO

ASSINATURA E CARIMBO

8.2.11 - PROPOSTA CURRICULAR – ENSINO MÉDIO/ EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 3º SEGMENTO

LINGUAGEM CODIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

PROPOSTA CURRICULAR

TEMAS TRANSVERSAIS

- ÉTICA

- Ética e sociedade
- Ética e moral
- Ética e cidadania
- Pluralidade cultural
- Respeito mútuo – justiça – diálogo – solidariedade – participação social – participação política – Educação – direitos e deveres humanos e do cidadão – a diversidade sócio cultural – violência – tráfico de drogas – tráfico de crianças – preconceito cultural – questões de gênero – Cultura Afro brasileira (nas disciplinas: Educação Artística, Língua Portuguesa e História do Brasil).

SAÚDE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

- Bons hábitos – sexualidade na infância e adolescência – prevenção e gravidez precoce,
- Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, prostituição infantil – assédio sexual,
- Aborto – esterilizações – preconceito sexual – prevenção ao uso de drogas.

MEIO AMBIENTE

- Sociedade ambiental, política ambiental, mortalidade infantil, as relações com a natureza,
- Violência ambiental – a indústria e o meio ambiente.

TRABALHO E CONSUMO

- Direitos do trabalhador – exploração infantil – exploração do trabalhador – exploração da mulher – os meios de comunicação.

- COMPETÊNCIAS E HABILIDADES LINGUAGEM CÓDIGOS E TECNOLOGIAS

- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.
- Utilizar-se das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação, em situações intersubjetivas que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos dos interlocutores: e colocar-se como protagonista no processo de graduação/ recepção.
- Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização de mundo e da própria identidade.
- Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para a sua vida.
- Analisar , interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função , organização, estrutura das manifestações , de acordo com as condições de produção/ recepção (intenção, época,

local, interlocutores participantes da criação e propagação de idéias e escolhas, tecnologias disponíveis etc).

- Recuperar, pelo estudo as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.
- Articular as redes de diferenças e semelhanças entre as linguagens e seus códigos.
- Conhecer e usar línguas estrangeiras modernas como instrumento de acesso a informações, a outras culturas e grupos sociais.
- Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes darão suporte e aos problemas que propõem a solucionar.
- Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens de códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias.
- Considerar a linguagem e suas manifestações como fontes de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de sentidos, emoções e experiências do ser humano na vida social.
- Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de: organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.
- Respeitar e preservar as manifestações da linguagem, utilizadas por diferentes grupos sociais, em suas esferas de socialização; usufruir do patrimônio nacional e internacional, com as suas diferentes visões de mundo; e construir categorias de diferenciação, apreciação e criação.
- Entender o impacto das tecnologias da comunicação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

- Desenvolver a capacidade de comunicação.
- Ler e interpretar textos de interesse científico e tecnológico
- Interpretar e utilizar diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, expressões, ícones)
- Expressar-se oralmente com correção e clareza, usando a terminologia correta.
- Produzir textos adequados para relatar experiências, formular dúvidas ou apresentar conclusões.
- Utilizar as tecnologias básicas de redação e informação, como computadores.
- Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos e experimentos científicos e tecnológicos.
- Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade.
- Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações, interpolações e interpretações.
- Analisar qualitativamente dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente relacionados a contextos socioeconômicos, científicos ou cotidianos.
- Desenvolver a capacidade de questionar processos naturais e tecnológicos, identificando regularidades, apresentando interpretações e prevendo evoluções. Desenvolver o raciocínio e a capacidade de aprender.
- Formular questões a partir de situações reais e compreender aquelas já enunciadas.
- Desenvolver modelos explicativos para sistemas tecnológicos e naturais.
- Utilizar instrumentos de medição e de cálculo.
- Procurar e sistematizar informações relevantes para a compreensão da situação-problema.
- Formular hipóteses e prever resultados.

- Elaborar estratégias de enfrentamento das questões.
- Interpretar e criticar resultados a partir de experimentos e demonstrações.
- Articular o conhecimento científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar.
- Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das Ciências Naturais.
- Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades.
- Fazer uso dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia para explicar o mundo natural e para planejar, executar e avaliar intervenções práticas.
- Aplicar as tecnologias associadas às Ciências Naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.
- Compreender e utilizar a ciência, como elemento de interpretação e intervenção, e a tecnologia como conhecimento sistemático de sentido prático.
- Utilizar elementos e conhecimentos científicos e tecnológicos para diagnosticar e equacionar questões sociais e ambientais.
- Associar conhecimentos e métodos científicos com a tecnologia do sistema produtivo e dos serviços.
- Reconhecer o sentido histórico da ciência e da tecnologia, percebendo seu papel na vida humana em diferentes épocas e na capacidade humana de transformar o meio.
- Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolveram por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.
- Entender a relação entre o desenvolvimento de Ciências Naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propuser e se propõe solucionar.
- Entender o impacto das tecnologias associados às Ciências Naturais, na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.